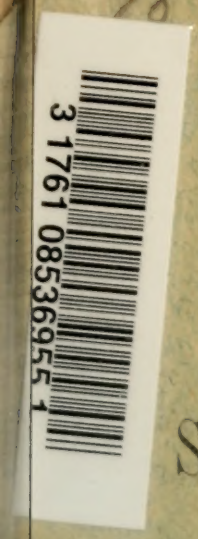
-80



CURSO INTEGRAL DE ANTIGUIDADES ÁRICAS

I

SAMSCRITOLOGIA E SEU VALOR

DISCURSO DE ABERTURA

POR

G. DE VASCONCELLOS-ABREU

II

DOCUMENTOS RELATIVOS À CRIAÇÃO DO CURSO

NA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PK
435
A27
1903
c.1
ROBARTS

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1903

CURSO INTEGRAL DE ANTIGUIDADES ÁRICAS

I

SAMSCRITOLOGIA E SEU VALOR

DISCURSO DE ABERTURA

POR

G. DE VASCONCELLOS-ABREU

II

DOCUMENTOS RELATIVOS À CRIAÇÃO DO CURSO

NA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1903

SAMSCRITOLOGIA E SEU VALOR

DISCURSO DE ABERTURA DO CURSO INTEGRAL DE ANTIGUIDADES ÁRICAS,
A 28 DE FEVEREIRO DE 1903, NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LIBRARY
MAY 25 2010
UNIVERSITY OF TORONTO

Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

http://www.archive.org/details/samscritologiaes00abre

SAMSCRITOLOGIA E SEU VALOR

I

Origem do Curso Integral de Antiguidades Áricas.—A quem se deve a criação dêle

SENHORES:

Em 1889, na minha vinda a Coimbra, depois de haver regressado do Congresso Internacional dos Orientalistas em Estocolmo e Cristiánia, tive larga conversação com o Sr. Dr. Gonçálvez Guimarães, lente da Faculdade de Filosofia nesta Universidade, e com outros amigos comuns, reunidos todos na aula de geologia, acêrca de orientalismo e muito particularmente de samscritologia.

Um dos pontos, que então tratámos, foi de como se poderia conseguir na Universidade um curso de sámscrito.

Uns dez anos depois, o Sr. Dr. Gonçálvez Guimarães era encarregado da Reitoria da Universidade como Vice-Reitor dela, e, porque não se houvera esquecido do assunto, escreveu então uma consulta, na qual propunha ao Govêrno a criação da cadeira de sámscrito como àquele tempo a havíamos ambicionado, e que eu viesse regê-la. Tive conhecimento dessa consulta e procurei lê-la. Li-a. É documento bem escrito, em que se manifesta a consciéncia segura, que seu autor tem, do que são e do que valem estes estudos. O Sr. Dr. Gonçálvez Guimarães é professor considerado de geologia e mineralogia, e é além disto, como todos sabem pelas publicações que tem feito, latinista e helenista. Nesse documento mostra-se conhecedor dos estudos de sámscrito por modo que, propondo que eu viesse reger a cadeira cuja criação aconselha, eu me senti honrado pelo Vice-Reitor e pelo erudito. (Doc. n.º 1).

Nesse tempo, meus Senhores, o caso era absolutamente estranho! não só porque pela primeira vez viria falar numa aula desta Universidade um indivíduo que não é do corpo catedrático dela, mas porque se quebrava, com tal facto, a tradição académica e se praticava êsse facto sem autorização de estatuto, que houvesse trazido a liberdade de se criar um curso fora da órbita escolar.

Honroso era tudo isto para o Sr. Gonçálvez Guimarães; e honroso é havê-lo proposto; honrosa lhe é ainda a parte que lhe cabe na minha vinda hoje aqui para realizar o «Curso Integral de Antiguidades Áricas», que tenho em idea, e com programa assentado, ir desenvolvendo em anos sucessivos.

Ao tempo de a consulta subir ao Ministério do Reino e Instrução Pública, era Director Geral desta repartição o Conselheiro Luciano Cordeiro. Foi êle, o homem de cujo espírito apregoadamente liberal haveria a esperar-se mais largueza, quem tolheu o andamento à proposta, quem a sepultou muito crente em que a sepultava para sempre! Mas a idea de abrir cursos livres na Universidade, que pela primeira vez um Reitor aconselhava, passou a ser lei: está consignada no § 1.º do artigo 3.º, do decreto de 24 de dezembro de 1901.

O Sr. Conselheiro Dr. Abel Andrade, actual Director Geral de Instrução Pública, que, já em tempo de Luciano Cordeiro, me significara interêsse por que se levasse a efeito o curso de sámscrito aconselhado pelo Sr. Dr. Gonçálvez Guimarães, indicou-me esta disposição legal e disse-me, que elaborasse eu um programa mais vasto em que, além do interêsse lingùístico, o interêsse histórico de evolução social estivesse evidente. Tracei o programa e levei-lho no dia seguinte. Nesse mesmo dia foi mandado para a Imprensa Nacional; e poucos dias depois estava nas mãos do Director Geral. (Doc. n.º 2).

Ainda era Vice-Reitor desta Universidade o Sr. Dr. Gonçálvez Guimarães, quando, por ordem superior, êsse programa baixou à Reitoria, para que a Faculdade de Direito e a de Teologia dessem parecer acêrca dêle, para realização de um «Curso Integral de Antiguidades Áricas» na Universidade. Não deram as duas faculdades parecer, e só últimamente, mais de um ano depois, disseram, a instáncias do Sr. Conselheiro Dr. Abel Andrade, que «não se opunham».

O Conselho Superior de Instrução Pública, ao qual foi submetido o meu programa, aprovou-o com elogio muito honroso para mim. Sua Ex.ª o Ministro do Reino e da Instrução Pública, o Sr. Conselheiro Hintze Ribeiro, determinou que eu viesse começar êste ano a cumprir o programa. Venho: é dever de todo homem de estudo divulgar os conhecimentos, que adquiriu, e transformar êsses conhecimentos em serviços úteis para a sociedade em que vive.

O fundamento do curso que tenciono fazer, em anos sucessivos, é a Samscritologia. A lição de hoje, a de abertura dêsse curso, versará sôbre o que seja samscritologia e qual o interêsse dos estudos de sámscrito, historiando a traços largos como veio à ciência o conhecimento do sámscrito, e como por êle se criaram ciências novas no século findo.

II

O que é samscritologia. — O que é sámscrito.

Samscritologia é a filologia das letras samscríticas; é o conjunto sistematizado de conhecimentos dados pelo estudo dos textos escritos em sámscrito e línguas samscríticas; e não só no que diz respeito ao valor dêsses textos considerados boas-letras na literatura, mas também e principalmente no tocante à crítica e aproveitamento dos mesmos textos como documentos históricos, e instrumento na investigação glotológica.

Estes textos são de três ordens: arcaicos, clássicos, vernáculos.

Os arcaicos estão escritos em linguagem natural e ainda rude pôsto que já de homens cultos no seu tempo; os textos clássicos estão escritos em linguagem artificiosa de doutos que do seu falar haviam já feito a análise e fixado as regras em gramática; os textos vernáculos estão escritos em línguas, dialectos naturais, evoluções espontáneas, de um modo de falar que se prende, na corrente histórica, àquele falar arcaico.

Os sabedores, que produziram a literatura dos textos clássicos, disseram da linguagem em que os redigiram, sãskr̥ta, *i. e.*, *confecta* «preparada, adequada, perfeita», digamos «culta» por oposição ao falar prākr̥ta, *i. e.*, segundo a prakr̥tī «a natureza», segundo o natural do país, e portanto falar «vernáculo».

Já antes aquele adj. sãskr̥ta (*p.p.p.* do verbo cuja raíz é skr̥, lat. *cer-* de *cerus,* ou *cre-* do correspondente *creator,* prefixado com a prepositiva sam, em gr. συν, em lat. *cum, con*) significava tudo quanto era adequado, puro, e isso era: o lugar onde se celebrava o sacrifício, o altar do sacrifício, o preste que o celebrava, os utensílios que nele se empregravam, a vítima consagrada, a língua em que as preces, os himnos, as fórmulas litúrgicas eram alevantadas à divindade; tudo quanto directa ou indirectamente era rito, *concercer* em *nens, concernente* ao rito, às *cerimónias,* tudo emfim quanto, para *cres-* prosperidade, devia de ser puro.

Em documentos portugueses de mais de dois séculos, publicados pela Academia Real das Ciéncias em 1812, vindos do cartório dos Padres da Companhia de Jesus em Goa, lê-se o nome *sámscrito* nas formas *samsucruta* e *savanscruta*. São ambas estas formas indicadoras de pronúncia indiana. Imitando pronúncia indiana também, ortografei em tempo sãoscrito; mas porque o ditongo *ão* em meio de vocábulo é estranho ao falar português, ortografo sámscrito. Quanto ao acento deve êle de ser na 1.ª sílaba: porque a penúltima, skr̥, é breve, e a fieira latina pela qual devemos de aportuguesar os vocábulos determina que a acentuação recáia sôbre a antepenúltima sílaba. Quanto à transcrição da vogal r̥, pode ser, conforme a pronúncia de tal ou outra parte da Índia, *er, ir, or, re, ri, ru*, e na Europa se adoptou *ri*. Quanto a escrevermos, nós Portugueses, *m* ou *n* antes do *s* de *scri*, carecemos de considerar: é certo que a forma verdadeiramente portuguesa é a de escrever *n* antes de *s*, mas se dêste vocábulo sãskr̥ta = sam-skr̥ta eu passar *ã* = *am* à escrita *an* em português, o mesmo hei de fazer noutros vocábulos, e assim se escrever sanhitá por sãhitā = sam-hitā, induzo em errada pronúncia de vocábulo técnico de gramática e literatura samscríticas. Deverei então passar *ã* = *am* à escrita *am* em português, pois o autorizam formas latinas tais como *circumscribo,* ortografado em português pelos classicistas *circumscrevo*. Assim o fiz.

Por sámscrito entende-se: rigorosamente, a língua em que estão escritos os textos clássicos da literatura árica da Índia antiga bramánica; e latamente, — a língua em que estão escritos estes textos e os arcaicos da mesma literatura árica. E agora direi o que significa êste nome, *árico,* no respeitante ao definir uma gente e uma literatura.

III

Estirpe árica.
Textos mais ántigos dela e importáncia histórica dêstes textos.

Os textos em sámscrito arcaico são os mais antigos de quantos possuímos dos povos que a História conhece pelo nome de Gregos, Romanos, Celtas, Germanos, Esclavões, na Europa, e Persas e Índios ou Híndus, na Ásia, além de outros que não chegaram a integração política independente.

Importáncia extraordinária tem êste facto; porque a ciéncia assentou, com toda a segurança, que a civilização de cada um dêstes povos

é modo de ser de evolução de condições comuns aos ascendentes dêstes mesmos povos, e de evolução de afinidades psíquicas unas em esséncia, em religião, costumes civis, práticas familiares e linguagem; em todas as manifestações de civilização familial, social e modo de comunicar o pensamento pela palavra, numa grande confluéncia de mós étnicas, que em rodeio migratório se encontravam e iam modificando, antes dos tempos históricos para cada um, entre a Europa e a Ásia.

E porque estes povos, depois de andarem errantes em áreas diversas e em vários sentidos, por largo decurso de séculos, assentaram por último vivenda, que para descendentes dêles ficou pátria, uns na Europa, outros na Ásia, e chegaram, os que foram mais longe, à Índia por um lado, às ilhas do extrêmo ocidente europeu por outro lado, tem a ciéncia denominado estes povos: Indo-Germanos, Indo-Europeus, Indo-Celtas; e outras denominações lhes tem dado: Árias porque assim se apelidaram em sua língua alguns, Jafetas ou Jafetitas, porque a exemplo dos nomes Semitas, Camitas, tomou a ciéncia os povos, de que falamos aqui, como típicos dos que a Bíblia dá como descendentes de Jafet.

Referir-me hei a êles pelo nome de Árias ou Indo-Celtas. Mas é certo que o nome de Jafetas para estes povos tem já sua tradição; assim de um ramo disse S. Jerónimo (Comment. in Ezech. XXXVIII, 2), «... gentes esse scythicas, immanes et innumerabiles, quae trans Caucasum montem et Maeotidem paludem et prope Caspium mare ad Indiam usque tenduntur».

Já antes havia Horácio proclamado a audácia dos Jafetas: «audax Iapeti genus».

Digamos pois: Os documentos mais antigos da estirpe árica ou indo-celta, de cuja civilização a nossa greco-romana é continuação, existem na literatura samscrítica; só e exclusivamente nesta literatura há textos que nos dêem conhecimento de sociedade em estado de civilização inferior ao das tríbus gregas no tempo dos herois de Homero; só e exclusivamente nos documentos arcaicos da literatura samscrítica temos factos que são demonstrativos e reveladores de estados psíquicos sociais, se não absolutamente primitivos, pelo menos de época de que nenhuma observação e nenhuma outra literatura, egípcia, assírica, babilónica, judaica, árabe, ou grega, nos dão prova, testemunho, ou razão congruente.

Importáncia extraordinária dizia eu; e importáncia extraordinária é efectivamente esta de a literatura samscrítica arcaica ser, para nós gente árica, não só indispensável mas única de alcance histórico, no tempo e no grau, superior a qualquer outro alcance, profundando até a proto-história dos Árias e alumiando-lhes a psicologia sociológica.

IV

Relação das línguas áricas entre si. A unidade glotológica e o berço comum dos Árias. — O Rigveda.

Mas, Senhores, não é só a literatura em sámscrito arcaico, que pelos factos expressos positivamente nela, e são já ali tradicionais, de uso, de costumes, de praxe sancionada, tem valor tão subido; é também a própria língua em que essa literatura foi moldada, transmitida de cor de pais a filhos, e tarde escrita, que realça êste valor trazendo por dedução rigorosa científica à proto-história dos Árias e à psicologia sociológica em geral, conclusões eloqùentíssimas.

O sámscrito arcaico, estudado como língua, revela na leitura dos respectivos textos muitos segredos da constituição primordial da família árica; revela a significação de nomes de deuses comuns a diferentes ramos, deixa pressupor o processo pelo qual o homem árico chegou à concepção da divindade e se elevou em ascendimento moral até conceberem alguns ramos um deus só e porquê lhe chamaram os latinos *deus* e nós Portugueses, gente románica, ramo árico, *Deus*. Pelo estudo do sámscrito e dos gramáticos híndus, cujos trabalhos datam de séculos antes de Cristo e andavam, já em tempo de Alexandre Magno, condensados em obra escrita por Pánini, se constituíu, pelo processo histórico-comparativo, a glotologia árica. Foi o sámscrito, estudado como língua, o revelador da unidade glotológica existente entre as diferentes línguas áricas; e foi o sámscrito, estudado como língua, o principal revelador da unidade psíquica existente entre toda a gente árica: sem contudo podermos afirmar que tivesse havido em tempo uma só língua árica de que todas as outras sejam dialectos, nem um só povo, o das Árias, de cujo pensar pro-étnico derive a psíquica dos supostos ramos ou famílias de povos áricos.

Mas longe estão actualmente os glotólogos de pensar que o sámscrito seja a língua mãe do grego ou do latim ou de outra qualquer árica, europeia ou asiática, pre-histórica. As línguas antigas áricas, de que temos documentos escritos mais remotos, são línguas em estádio glotológico adeantado, e próprio do lugar onde encontramos sedentário o povo que falou essa língua. Poder-se há, talvez, em ciéncia, considerar que todas essas línguas são dialectos de língua comum, a que chamaremos *proto-ário*; mas nada sabemos dela senão por conjecturas e síntese científica. E por igual não, mas ainda mais radicalmente ignoramos qual fôsse o berço primário árico, se berço comum houve.

Quanto à unidade glotológica árica: Em minha opinião, os ámbitos glotológicos são tanto mais numerosos quanto mais primordiais, esparsas e pouco densas as mós e greis humanas. Os ámbitos das principais línguas são produtos de assimilações progressivas e selecções reiteradas, seculares umas e outras. A unidade glotológica é tendência histórica para termo final único, não é termo inicial; resulta do desbaste inconsciente em multiplicidade inconsciente em sociedade integrada. Unidade de linguagem, e tão adeantada como deveria de ter sido o suposto *proto-ário,* seria facto sociológico de evoluções complexas repetidas e fixadas finalmente por fôrça coesiva política, — e esta não existiu.

Quanto ao centro étnico: Sabemos tão sómente que, antes de se integrarem políticamente, as mós ou greis a que, referindo-nos a tempos muito posteriores, denominamos ramos áricos, tiveram a largueza da translocação entre a Europa e a Ásia, por ambos os continentes; que essas mós, êsses ramos, se dilataram em errores e abriram caminhos na região das melhores estepes, dos mares interiores, dos maiores planaltos, dos rios magníficos por exceléncia, da Eurásia. Só depois de os ramos parciais haverem assentado vivenda própria, se compuseram os produtos históricos, que denominamos raças e, é certo, não tiveram unidade antropológica.

Pela clareza do sámscrito e pelos estudos acêrca do Veda (que é uma literatura vasta) se constituíu, pelo processo histórico comparativo, a mitologia comparada árica e a fase mais antiga, que, da religião árica, podemos conhecer por documentos. Não temos no sámscrito a língua mãe das áricas faladas no Mundo-Antigo; nem temos no Rigveda a poesia primitiva e o segrêdo do processo elementar formativo do primeiro credo e culto áricos. Não há nos himnos do Rigveda os ténues vagidos infantis de uma civilização sem precedentes de muitos séculos e muito labor social.

Êsses inícios não os conhece e jamais os conhecerá a ciéncia. Mas, é certo, do estudo do sámscrito arcaico e da literatura que nele está escrita, ressurge para a História um mundo extinto, cujos hábitos, costumes, usos, práticas, instituições, linguagem, poesia, religião, cuja arte e indústria rudimentar e ciéncia ainda mais rudimentar, a ciéncia poderósa hodierna arranca ao fundo dêsse abismo de séculos e restitui ao movimento, à vida, à realidade qual nunca fôra prevista antes de estes documentos serem decifrados e trazidos a confronto com outros, que, embora menos antigos, juntaram luz à luz daqueles.

V

O que é Veda; o que é samhitá.— Subido valor da samhitá do Rigveda e da samhitá do Atarvaveda no estudo da psíquica social dos Árias.

Toda essa literatura arcaica samscrítica é denominada com um vocábulo suficiente por si para mostrar que a infância árica não está nesses documentos. Constitui essa literatura *O Veda,* isto é, «o saber», «a sabedoria», de certas famílias patriarcais, que tinham e conservavam tal «saber», veda (raiz vid, lat. vid-eo, gr. ἰδ, ϝιδ, «ver, conhecer»), como património sagrado e tesouro familiar transmitido por tradição e oralmente, de geração em geração, esotéricamente.

Bastaria, na verdade, isto para se rejeitar a idea de que no Veda tivéssemos a poesia primitiva árica. «Sabedoria» guardada esotéricamente, como património sagrado de família, é, não só, produto complexo de largo tempo e evolução adeantada, mas tem o cunho aristocrático dos indivíduos que, por exceléncia própria consciente, se separam do que é rude e vulgar.

A parte capital do Veda são himnos, e estão estes reùnidos em duas colecções chamadas por isto mesmo cada uma delas sãhitā, «samhitá, isto é, a colecção»: uma é a Ṛgveda-sãhitā, de que dizemos o *Rigveda,* — o «saber das riches, das estrofes encomiásticas e deprecativas»; é própriamente de himnos só; outra é a Atharvaveda-sãhitā, de que dizemos o *Atarvaveda, i. e.,* o «saber atarvánico»; é colecção de alguns himnos que a outra colecção não dá, e outros que ela tem, e de exconjuros, magia, pragas, encantamentos, com que o homem liga, ata, prende, estorva a divindade, para que o não castigue, ou com que o homem obriga a divindade a que lhe dê a satisfação do desejo; é o Rigveda colecção de himnos próprios do culto, e particularmente do sacrifício de Soma e para glória de Soma; é o Atarvaveda colecção principalmente de portentos com que o homem sabedor dêles repele, rebate, destroi o dano inimigo, ou ataca, alcança, fere, aturde, vence, aniquila contrários, quer o mal provenha dos deuses, dos homens, ou das feras, quer da natureza externa, ou da própria do homem sujeito a doenças, trabalhos, quebrantamento e morte.

Nas duas samhitás, que são «o saber das riches» e «o saber atarvánico», há chispas do espírito de nossos avós; ali porém e só ali temos tesouro, o mais precioso por êles deixado, em que se guarda a alma ainda operosa de remotíssimas eras; ali sentimos as aspirações e terrores que os moviam; vemos essas figuras, antes desconhecidas, no labutar da vida e vemo-las sentir, pensar, querer, proceder, e as-

sim admirar, preguntar, inquirir, exaltar, crer, duvidar, resolver, amar, ter ódios, receios, esperanças, entusiasmos, fé; ouvimo-las cantar fenómenos da natureza e os feitos de herois de tempos já àquele remotos; adivinhamos como êles, nossos avós, criaram com as reminiscéncias do passado, já então comprido, os deuses que êles deprecam, magnificam, temem, e são mitos zoomórficos e antropomórficos dêsses mesmos fenómenos e dessas tradições de família; vemos como o homem é o criador dos deuses e como Deus fala ao homem nessas criações.

Em estudos como estes, que são de psíquica proto-histórica, o homem de ciéncia de hoje completa, quanto em seu poder cabe e jamais antes coube, a humanidade: À evocação científica e à justa compreensão dêste repositório inconscientemente enriquecido pela psíquica de tão remotas idades, ressurge, como disse, a alma árica, com todas as aspirações e a operosidade daqueles séculos; e à evocação de passado tão longínquo o homem de ciéncia de hoje alumia o presente e prepara o futuro com mais fino acume dado à síntese reguladora do nosso espírito hodierno.

VI

Carácter religioso do Veda. — A literatura profana. — A tradição popular. — Influéncia desta tradição fóra da Índia.

Tudo isto se deve à compreensão dos textos em sámscrito arcaico, à compreensão dos textos védicos. Mas também se deve muito à parte clássica em sámscrito e à vernácula samscrítica dos textos híndus.

O Veda, a literatura védica, é toda absolutamente religiosa e é, como disse, tesouro sagrado de famílias, património aristocrático. Desta generalidade há, de certo modo, como a seu tempo diremos, a exceptuar apenas uma parte do Atarvaveda. Não é portanto o Veda literatura dum povo. A literatura clássica não é exclusivamente religiosa; é quase enteiramente profana, e interessa por evoluções mais amplas de muito mais crescidas mós de gente. Traz a literatura samscrítica clássica a lume o elemento popular. É na verdade ainda aristocrática, mas tem quebra de bastardia; é fidalga abastardada nascida do estro popular, da anonímia prolífica no meio esotérico brahmánico. Da mãe traz o tipo: o qual, embora por vezes disfarçado por conveniéncias brahmánicas, não foi de todo apagado na versão artificial de vernáculo a formas pautadas por gramáticos.

Com efeito o sámscrito clássico não é língua dum povo; é veículo das ideas de uma sociedade de doutos, esotérica no meio social de que fazia parte; e ainda hoje é assim. A literatura em sámscrito

clássico foi precedida de outra, espontánea, filha legítima da evolução natural, prākṛta, e em prácrito, *i. e.,* em vernáculo, redigida antes. Desta se aproveitaram os doutos para constituírem literatura em linguagem «pura», em sámscrito, mas êste já moldado em formas afeiçoadas por gramáticos. De sua origem traz a literatura em sámscrito clássico o elemento popular, património sagrado também para a aspiração comum, elemento grandioso que forma as nações e ao qual cede a fôrça do outro património. É nesta literatura, de origem popular e profana, que está a voz altissonante da tradição épica, de herois da lenda humana, de lutas de homens que são como deuses. É nela que está a tradição dos costumes, da moral, do direito, largamente social.

Tudo isto se revela nos cantos grandíloquos do Ramáiana e do Maá-Bárata, nas regulamentações e leis característicamente definidas já nesta monumentalíssima e como nenhuma outra colossal enciclopédia épica, em cuja fábrica descomunal trabalharam, durante gerações, muitos poetas, e se reuniram e amontoaram, com emmaranhados episódios e subepisódios, lendas de herois e deuses de tempos antigos, e transformações conceptivas dêsses herois e deuses, e doutrina jurídica, e filosofia, e contos, e apólogos.

Revela-se o elemento tradicional popular também nos escritos chamados dharma-śāstra, de que diremos *Instituta,* os quais por vezes repetem a feição jurídica do Maá-Bárata; patenteia-se nas longas representações teatrais, umas de autor conhecido outras anónimas, e encarna-se em dramas brevíssimos de numerosos contos, apólogos e fábulas que vão no eco tradicional de bôca em bôca até se solidificarem em baixos relevos de templos.

E êste elemento não fica exclusivo das famílias bramánicas, vem para a sociedade comum; é literatura do povo, é motivo de folgança do povo, é lição do povo, e até passa para fora da Índia. Alarga-se pelo oriente hindustánico e é o influxo popular e o fôlego santo e criador do Budismo, nos játacas ou histórias das natividades de Buda, nos avadanas ou gestas de Buda, em diferentes ciclos da existéncia dêste «iluminado».

O elemento popular da literatura samscrítica de moldes clássicos transpôs as altíssimas cumiadas do Himália. Penetrou na China nos últimos anos do século III antes da nossa era, e ali se enraizou para sempre desde o ano 64 *p. Chr.* Foi procurado pela Pérsia no tempo do rei sassánida Cósroes Nuxirvane (531-571). Foi aproveitado pelos Árabes largamente. Difundiu-se depois pela Europa na idade-média e a revolucionara já antes, nos primeiros séculos do Cristianismo.

Testemunham-no quanto à China os Avadanas ou Gestas de Buda e a religião búdica; quanto à Pérsia as pesquisas de Barzoí por ordem

do rei sassánida; quanto aos Árabes a obra *Calila e Dimna* e *As mil e uma noites*.

Devido a Árabes e Judeus veio o elemento popular da literatura samscrítica trazer mais corte à dicacidade de Bocaccio e de Straparola; inspirou Chaucer e Shakspere; engrandeceu a fama de D. Afonso, o Sábio, e abrilhantou D. João Manoel; tomou feição de louçania portuguesa com Gil Vicente, e galas em França desde Carlos Perrault e Rabelais até La Fontaine.

No Cristianismo testemunham êsse elemento popular, religioso e filosófico,— filosófico, porque a filosofia foi sempre popular, peculiar do génio indiano, e verdadeiramente intimada no espírito popular na Índia desde pelo menos um século antes de Buda, desde o V ou VI antes de Cristo; — no Cristianismo, dizia eu, testemunham êsse elemento popular, religioso e filosófico, os Gnósticos, os Neoplatónicos e certos livros, tais a *Lenda dos Santos Barlaão e Josafat,* que os leitores do *Flos Sanctorum* conhecem resumida nesta obra, e a *Disciplina Clericalis*, o *Directorium Vitae Humanae*, as *Gesta Romanorum,* e outros textos em que a mentalidade cristã deu forma a tradições orientais de origem indiana.

VII

Antiguidade das relações da Índia com povos do Ocidente. Primeira notícia das epopeias, de religião, ciéncia e filosofia, indianas. Ácbar e o estudo do sámscrito. Os missionários cristãos.

Mas não pára aqui a influéncia frutuosísima da literatura e, cumpre que digamos agora, ciéncia samscrítica.

As relações da Índia com povos para cá do Himália não datam de tão poucos séculos antes de Cristo como se tem dito. A lenda do dilúvio, que se encontra no Maá-Bárata e já antes no Xatapata--Brámana, tem todos os visos de ser mesopotámica. É samscrítico o nome babilónico do papagaio. As relações da Judeia com a Índia existiam já no tempo de Salomão. Os caracteres devanágricos, os do modo gráfico mais comum do sámscrito, são de origem semítica e do tipo representado na lápide Moabita, e existiam na Índia uns oito séculos antes da nossa era, idos por via da Mesopotámia.

Os algarismos devanágricos parece terem provindo do Egipto e, em hieroglifos do século XVII, a. Cr., se lê o nome *kafu* «macaco», em sámscrito *kapi*. A Pérsia domina no noroeste do Hindustão desde 500 até 331 antes de Cristo. Dariu impôs-lhe tributos; depois Alexandre avassala o antigo Saptasindo. Axoca, neto de Chandragupta

Σανδρόκυπτος, como os Gregos diziam, menciona em uma das inscrições, Antíoco rei da Síria, Ptolemeu rei do Egipto, Antígono rei da Macedónia, Mago de Cirene, Alexandre do Epiro, como príncipes a quem levara a religião que era a dêle, e a quem levara doutrina pela palavra de missionários búdicos e exemplo de amor e caridade. É em Clemente de Alexandria que pela primeira vez lemos o nome Butta, isto é, Buddha. Díon Crisóstomo diz-nos que os Índios cantavam em sua língua cantares de Homero, e assim a cólera de Aquiles, as lástimas de Andrómaca, por se haver iludido o retórico ao reconhecer paridade entre os herois das epopeias gregas e os das samscríticas.

Ja falei dos Gnósticos e me referi às ideas de Plotino: foram estas as da filosofia do sánquia e da filosofia do ioga.

Em geometria, em contrário do que alguns historiadores de matemática julgam, serviram-se os Gregos, na Escola de Alexandria, do saber dado nos sutras ou aforismos que são os śulva-sūtrāṇi, «sutras dos cordeis». Aritmética e álgebra estudaram-na já desde o século VIII os Árabes com os Índios. Por via dos Árabes conheceu a Europa os algarismos devanágricos representativos dos números dígitos, de que dizemos letras de conta árabes. Foi só depois disto que a Europa conheceu o valor de posição no sistema algorítmico, por ela ainda ignorado no século VIII; e sem estes conhecimentos a matemática não teria chegado ao auge notabilíssimo a que a vemos subida.

Harun Arraxide teve na côrte dois médicos índios. Da obra de Cháraca, médico de Canixca, no século I de Cristo, e da obra de Suxruta, no século IV, se serviram os médicos árabes tão conhecidos na história da medicina, Razis, Avicena, e Serapião.

Albiruni, um dos maiores sábios do seu tempo (970–1038), traduziu do sámscrito para árabe a filosofia do sánquia e a do ioga e deixou um livro admirável acêrca da Índia. Nesse livro refere êle que o Panchatantra, a célebre colecção em 5 livros de contos, fábulas, apólogos, em sámscrito, é conhecida pelos Árabes com o nome de Calila e Dimna, e diz que a obra de Cháraca é a melhor de medicina.

No século XVI um grande imperador conseguira assenhorear-se, em parte, do segrêdo dos bráhmanes e dar em outra linguagem as epopeias samscríticas e o Atarvaveda. Foi êsse imperador Jelal Edine Momamede, o Magno, como o apelida com razão a História pelo nome de Ácbar, o Mogor Equebar dos nossos escritores. Foi êle quem primeiro com intuito de civilização e de sondar o espírito do povo cujo império tinha (1556–1605) fez que se conhecesse boa parte da literatura samscrítica.

O estudo de sámscrito, as traduções, continuaram ainda depois da

morte de Ácbar. Para instrução do seu bisneto, Dará, se traduziram as 52 principais Upanixadas, livros fundamentais de filosofia samscrítica. Foi do texto persa destas traduções que Duperron se serviu, para dar a versão latina, que, a partir de 1802, foi a fonte donde por muito tempo os sábios da Europa tiraram o conhecimento da filosofia da Índia.

Nos trabalhos de Duperron assenta a doutrina filosófica de Schopenhauer e von Hartmann. Nessa filosofia encontrava Schopenhauer a consolação da sua vida e a que na morte havia de o ser: «sie ist der Trost meines Lebens gewesen und wird der meines Sterbens sein».

Em 1651, Abraão Roger, missionário em Paleacate durante os anos de 1631 a 1641, dava à estampa traduzidos para holandês o 2.º e 3.º livros das *Centúrias* de Bartriári; em 1663 era a versão holandesa passada à língua alemã.

O que os missionários, e de modo notável os jesuítas, tinham feito antes na côrte de Ácbar, pode ver-se, particularmente quanto a Portugueses, nas Relações anuais do Padre Fernão Guerreiro, na Vida do Padre Francisco Xavier, de Lucena, nas cartas do mesmo Xavier, de que o seu biógrafo tanto se serviu, e na obra de Du Jarric, onde se lêem páginas enteiras de Lucena e, citadas, cartas do Apóstolo das Índias Orientais. Nada encontro ali que tenha verdadeira importância como estudo de sámscrito ou de cousas samscríticas feito por Portugueses. Podiam-no ter feito! Na côrte de Ácbar estiveram, Francisco Henríquez, Fernão Guerreiro, Jerónimo Xavier, António Cabral, Manoel Pinheiro, Bento de Góie. Preocupavam-se com a idea da conversão; reconheciam a extrema dificuldade de reduzir e obrigar com razões os bráhmanes; mas não viram que o sámscrito e o conhecimento da literatura sagrada brahmánica fosse o único laço com o qual podiam atar hereges às colunas da Igreja.

Dos nossos Portugueses, àparte a informação das *Décadas,* a melhor informação que conheço é a *Breve relação das Escrituras dos Gentios da India oriental e dos seus costumes* e a *Noticia Summaria do Gentilismo da Asia,* dois *Tratados* que se guardavam no Cartório dos Padres da Companhia de Jesus, em Goa, e foram impressos e publicados por ordem da Academia Real das Ciéncias, em 1812, tômo I das *Noticias pora a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas,* e além disto é digna de atenção a *Miscelánea* de Garcia de Rezende.

Todavia nenhum missionário foi tão longe como Roberto de' Nobili da Montepulciano ou Robertus de Nobilibus. Chegou à Índia um ano depois da morte de Ácbar. Estudou o tamul e o sámscrito e por tal forma adquiriu conhecimento desta língua que escreveu a pia

fraude conhecida pelo nome de *Esur Vedam*. Dentre os missionários teríamos ainda a mencionar outros precursores do estudo da língua e literatura samscrítica: Gemignano da Sant' Ottavio, Hanxleden, Marco della Tomba. O jesuíta Padre Pons deu notícias minuciosas da literatura samscrítica e mostrou, bem como M. della Tomba, quanto importa para o bom resultado das missões conhecer as particularidades dela. A outro jesuíta, o Padre Coeurdoux, deve a ciéncia haver êle notado com sagacidade a correspondéncia singular do sámscrito com as duas principais línguas da antiguidade clássica.

Do que fica dito se vê que o sámscrito é na verdade língua antiqùíssima, desde antigos tempos já conhecida, mesmo fora da Índia, e que não há razão para escarninhamente se preguntar: «Que *nova* língua é essa *antiga* de que nunca dantes se falou!?»

Uns 500 anos antes da nossa era, um literato indiano conhecedor do Veda e autor dum *Elucidário* de palavras védicas obsoletas já naquele tempo, Iasca, respondia, por forma que vem de molde aqui parafrasear, a interpelantes como estes a quem era mais fácil zombar do que estudar. Imitando Iasca preguntarei: De quem é a culpa? é do poço ou do cego que se não deixa guiar por quem vê?

A quem tenha olhos de ver, a luz dos factos expostos mostra, por certo, que o estudo da samscritologia interessa muito superiormente: por ser, não só em si assunto sério de saber, mas por si instrumento seguro de investigação científica em criações novas da 2.ª metade do seculo XIX, tão extraordinárias no campo sociológico como extraordinárias as descobertas que mais assombram no campo das ciéncias físicas, químicas e biológicas, nestes últimos cem anos. Por via do sámscrito, meus senhores, reconstituíu o grande Eugénio Burnouf a língua zende, a língua dos livros sagrados dos zoroastreus, e depois surgiu a glotologia árica ou indo-celta, a mitologia comparada árica ou indo-celta, a ciéncia das religiões, o estudo comparado do direito greco-itálico, e mais largamente, direito árico, e tudo isto é psicologia sociológica — a parte mais interessante da evolução humana.

VIII

Realização do intuito de Ácbar pela Inglaterra. — Warren Hastings e o livro *The Code of Gentoo Laws*. — Os fundadores europeus do estudo do sámscrito na India. — Entusiasmo de Goethe pelo drama *Xacuntalá*.

Todavia, ainda se me poderá preguntar e de pleníssima boa fé: «Como é que só nos últimos tempos, sobretudo há uns cinqùenta anos, se tem sabido aproveitar o valor histórico do sámscrito?»

Todo fruto carece de sua sazão.

Para que o intuito de Ácbar pudesse chegar à realização, necessário era que o interêsse fosse nacional e não ficasse meramente dentro do espírito generoso dum idealista incompreendido.

¿ Que tinha vindo para Europa, até fins do século XVIII, que fosse literatura ou ciéncia trazida da Índia? e como da Índia reconhecida?

Ciéncia médica híndu?... Chegara até nós por intermédio de outros a quem as honras couberam; e adeantou-se-lhe a ciéncia europeia.

Contos, apólogos, fábulas?... Chegaram-nos igualmente em segunda e terceira mão e perdeu de moda o género literário.

Lendas de santos?... exemplários?... Também nos vieram por segunda e terceira mão e tiveram seu tempo e função.

Nenhuma destas importações traz ao mundo científico instrumento de trabalho ou crítica para o trabalho. Em nenhuma assenta progresso europeu. Nenhuma traz ao mundo político interêsse guiador.

Em fins do século XVIII porém irrompe o interêsse nacional: grande por largas ambições, assegurado por fino tacto administrativo. O intuito moral de Ácbar torna-se necessidade real de uma companhia poderosa, a Companhia das Índias, que, pelo tratado de Alá-Abade em 1765, fôra reconhecida soberana de Bengala.

Warren Hastings, governador geral, entende conveniente reger os Índios segundo as leis dêles. Incumbe a onze brámanes fazerem um extracto, verdadeiro Digesto, dos principais códigos. O livro dado em persa foi trasladado a inglês e é conhecido pelo nome de *The Code of Gentoo Laws*. Halhed foi quem dirigiu o trabalho e o prefaciou, e no prefácio dá, pela primeira vez, aos doutos e ao mundo enteiro, notícia já bastante circunstanciada da língua originária dos códigos extratados, o sámscrito, todavia sem conhecimento próprio. Foi isto em 1776.

A conselho do mesmo Warren Hastings, um negociante inglês, Carlos Wilkins, estudou sámscrito, traduziu o poema filosófico por exceléncia em todo o mundo Bhagavadgitā, *A Bagavadguitá, i. e.,* «Canto do Bem-aventurado», «The Song of The Adorable One» como, traduziu Wilkins; além desta versão, deu o mesmo Wilkins a do *Hitopadexa, i. e.,* «Instrução útil», colecção de contos, apólogos e fábulas. A tradução da *Bagavadguitá* foi a primeira completa feita em língua europeia e a segunda directa do sámscrito. Foi isto em 1785, quase século e meio depois da tentativa de Abraão Roger.

Em 1789 traduz William Jones o célebre drama *Xacuntalá* de Calidassa. Logo vos falarei do entusiasmo que esta obra do teatro samscrítico produziu em toda a Europa.

É ainda William Jones o fundador da «Sociedade Asiática» de Calcutá; é êle quem traduz para inglês o xastra, ou código, mánava,

The Code of Manu e dá à estampa pela primeira vez um texto em sámscrito o Ṛtu-sāhāra ou «Ciclo das Estações», do mesmo Calidassa.

A fundação da Sociedade Asiática de Calcutá e a operosidade e talento de Colebrooke e os merecimentos de Wilson consolidam, depois da morte de Jones, em 1794, a obra encetada. Colebrooke ensina à Europa o sistema de gramática híndu, revela-lhe os Vedas, explica-lhe os sistemas de filosofia, de poética, a aritmética, a álgebra, a astronomia híndu; e faz que se apreciem melhor o digesto de leis da Índia sôbre contratos e obrigações, direito testamentário e de sucessão; e por todo êste trabalho filho de actividade singularmente produtiva e de claríssima inteligéncia, lança o grande Colebrooke entre as outras ciéncias os estudos de sámscrito e das cousas samscríticas.

Wilson arrecadou o tesouro do léxico samscrítico no dicionário que redigiu auxiliado por indígenas letrados. A primeira edição veio à luz em Calcutá em 1809. Escreveu Wilson doutíssimas memórias acêrca da literatura e das religiões dos Índios; deu a tradução completa do *Vixnu-Purana,* e a de seis obras cénicas do teatro samscrítico; analisou vinte e três mais e deu em dissertação, ainda hoje valiosa, conhecimento do sistema dramático, enrêdo, desempenho, caracteres, declamação e aparato cénicos na Índia-Antiga.

A admiração e o entusiasmo que o drama *Xacuntalá* dispertara são indiscritíveis. Forster traslada para alemão o trabalho de William Jones, Brugnière para francês. Goethe exclama:

> Wilst du die Blüthe des frühen, die Früchte des späteren Jahres,
> Wilst du, was reizt und entzückt, wilst du, was sättigt und nährt,
> Wilst du den Himmel, die Erde mit einem Namen begreifen;
> Nenn'ich Sakontala, Dich, und so ist alles gesagt.

o que traduzido em prosa em português se declara assim:

«¿Queres tu compreender numa palavra só quanto aroma as flores têem na primavera, e dos fruitos autumnais todo o sabor?»

«¿Queres tu compreender na mesma voz quanto inflama a alma e o estro acende? quanto sacia a sêde e mata a fome ao espírito?»

«¿e, sem nada mais dizeres, o Céu e a Terra nesse mesmo nome ainda expressar?»

«Tal nome é Xacuntalá, digo-to eu, e êste nome basta!»

Alexandre de Humboldt dá lugar eminente a Calidassa no *Kosmos* (II, 40, Estugárdia 1847; e n. 60, na pág. 114) e cita êste entusiasmo de Goethe.

IX

As guerras de Napoleão: — Hamilton e os seus discípulos. — As primeiras cadeiras de sámscrito na Europa. — Método comparativo: Schlegel, Burnouf, Bopp. — Ainda Burnouf: os estudos védicos, os de zenda, de páli, e o budismo. — Os discípulos de Burnouf: Max Müller e a edição *princeps* do Rigveda com o comentário de Sáiana; Roth e o Dicionário de S. Petersburgo. — Vastidão da literatura samscrítica.

As mesmas guerras em que a Europa andava acesa, no princípio do século XIX, concorrem para assegurar estudos, que se têem evidenciado profícuos e incomparávelmente perscrutadores do passado da melhor parte da Humanidade: aquela a cuja civilização obedece o Mundo enteiro.

Alexandre Hamilton, que estudara sámscrito na Índia e era membro da Sociedade Asiática de Calcutá, ao passar por França, de regresso à pátria, em 1802, fica prisioneiro de Napoleão em Paris. Emprega o tempo no exame dos livros e manuscritos da riquíssima Biblioteca do Rei — hoje Biblioteca Nacional; cataloga os manuscritos orientais que o Padre Pons levara para ali em fins do século XVIII. Paris era àquele tempo a capital do mundo dos Orientalistas. Alguns, Franceses, outros, Alemães, estudaram com Hamilton o sámscrito. Chézy foi seu discípulo; e logo em 1814 Chézy é nomeado catedrático da cadeira de sámscrito criada em Paris por Luís XVIII. Augusto e Frederico de Schlegel foram também discípulos de Hamilton. Frederico, talento primoroso, perspicaz, tem a vidéncia de Colombo e traz ao conhecimento da Europa, assombrada por tal facto, o «Novo Mundo das Ideas» como disse Hegel.

Schlegel, na verdade, revolucionou o mundo das ideas chamando a atenção dos homens de ciéncia para o método histórico-comparativo, pela obra mais extraordináriamente sugestiva que até então tinha aparecido no estudo das línguas. Essa obra intitula-se *Ueber die Sprache und Weisheit der Indier* (Haidelberga. 1808). A êste livro deve-se todo o fervor dos estudos da samscritologia na Alemanha; a êle se deve o célebre tratado *Ueber das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprachen*, do grande Francisco Bopp (Francoforte no Meno, 1816). Foi de Bopp que o humanista e glotólogo Guilherme de Humboldt recebeu a iniciação em sámscrito.

A conselho de Guilherme de Humboldt e do Barão Stein von Altenstein criou o rei Frederico Guilherme III, em 1818, as cadeiras de sámscrito em Berlim e em Bona.

A França contribuíu de modo muito notável com a pujança exuberantíssima e asseguradamente científica de outro talento assinalado, Eugénio Burnouf, para o alargamento e profundeza dos estudos orientais e da gramática segundo o método histórico-comparativo. O estudo do Avestá, o dos cuneiformes, o do budismo e páli, o de sámscrito, prosseguem ainda hoje por impulso dado por êsse génio previlegiado. Burnouf semeou, no professorado principalmente, o tesouro da sua erudição com largueza tal, que ao ensinamento dêsse grande espírito se deve boa parte da obra famosa do século XIX.

Depois de Burnouf haver pelo conhecimento do sámscrito desvendado o zende, no mesmo ano, 1833, em que êle trazia a lume o *Commentaire sur le Yaçna, l'un des livres religieux des Parses...*, Bopp completava o assentamento definitivo da gramática histórico-comparativa das línguas áricas, com o seu padrão de glória: *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litavischen und Deutschen.*

Já Leibnitz tinha dito «Nihil majorem ad antiquas popolorum origines indagandas lucem praebere quam collationem linguarum»; e no mesmo século XVII, mas logo no princípio, Jacob Lípsio e depois dêste Saumaire, haviam indicado analogias entre o grego, o persa, e o alemão. Saumaire explicava-as notabilíssimamente por origem comum dos Gregos, Persas e Teutões, os quais teriam formado em tempo um só povo, o dos Celtas.

O princípio geral estava pois adivinhado; faltava apurá-lo em método, dar-lhe o carácter científico. Só depois do conhecimento do sámscrito se chegou ao apuro e a assentar o carácter científico. Frederico de Schlegel dá o impulso, Burnouf e Bopp seguem no caminho traçado e alcançam a meta.

Entretanto tinham vindo para a Europa manuscritos védicos. Outro Alemão, Rosen, começou a estudar os da «East India House». Mal-logrado porém, surprehendeu-o a morte quando apenas traduzira em latim o 1º áxtaca (*i. e.*, oitavo) do Rigveda. O trabalho foi publicado póstumo, e os estudos védicos só uns oito anos depois tiveram o verdadeiro assentamento científico. Deu-lho um moço de 26 anos, outro Alemão também, mas discípulo de Burnouf; foi êle Rudolfo Roth, e o escrito um folheto de 148 páginas impresso em Estugárdia em 1846 com o titulo *Zur Litteratur und Geschichte des Veda.*

Não cabe no tempo, Senhores, falar-vos da grandiosíssima criação humana — a religião de Buda —, à qual nenhuma, na história da evolução mental, há que se compare. Não cabe no tempo dizer-vos como a religião de Buda se prende ao Veda e à filosofia indiana; como ela é maravilha também e assunto da samscritologia.

Para inteligência dela trouxe com efeito muita luz o fanal do sámscrito, empunhado pelo grande Burnouf; e trouxe muita luz tanto pelo que Burnouf nos deixou no estudo do páli, — a língua sagrada do budismo, então desconhecida —, como pelo que o mesmo Burnouf desbravou de textos para elucidação da doutrina búdica.

Mas nem me cabe no tempo dizer-vos como se dilataram os estudos de sámscrito, e qual o grau de acume a que chegaram nestes últimos quarenta ou trinta anos, e como pelo sámscrito se criaram estudos novos e modos novos de estudar.

Devo porém mencionar, quanto aos estudos própriamente samscríticos, dois factos capitais.

O 1.º é a publicação do Rigveda feita, a conselho de Burnouf, por seu discípulo Max Müller, e trazida a lume desde 1849 até 1874. É impressa em caracteres devanágricos, nas duas maneiras de escrever o texto — segundo as palavras se proferem cada uma de per si, e segundo se proferem com a pronúncia frásica —, e explica-se o texto pelo comentário, em sámscrito clássico, feito por Sáiana, no século XIV, em Vijaia-nágara, «Cidade da Vitória», Narsinga dos nossos seiscentistas, Bijanágher segundo Barbosa, e Bisnaga dizemos hoje.

O 2.º facto (cronológicamente) é o arquivo de toda a interpretação (hoje modificada já: *Cf.* os trabalhos de Bergaigne, Ludwig, Pischel, Geldner, Hillebrandt, Oldenberg, Bloomfield, etc.) segundo o método de Roth, no grande dicionário de sámscrito explicado em alemão, em sete grandes volumes, impresso, por ordem da Academia Imperial de S. Petersburgo, desde 1855 até 1875, e dirigido pelo mesmo Roth na parte védica, e por Böhtlingk na clássica.

Desde tal momento, o sámscrito ficou em toda a Europa e nos Estados-Unidos da América do Norte, estudo indispensável, e ponderosa a samscritologia, no tocante a linguagem, religião, filosofia, direito, da gente árica.

E eis aqui o motivo por quê só de há uns 50 anos para cá se tem sabido aproveitar o valor histórico do sámscrito e se fundou a samscritologia.

A actividade, o engenho, a indústria operosa, o saber na investigação afincada dos samscritistas, tem sido realmente admirável de labor e de resultados. Basta dizer-se que em pouco mais de um século se tem desvendado e aprofundado literatura, que excede, em quantidade, quanto conhecemos das literaturas da Grécia e Roma juntamente; e que, em virtude de tamanho esfôrço, se tem dotado a mentalidade humana de novos saberes e nova crítica social.

X

Nobreza dos estudos jurídicos, excelência da sua complexidade; necessidade absoluta do conhecimento da samscritologia no estudo do direito. Testemunhos de Ihering e de Leist. Importância do Orientalismo em geral no estudo do direito. Obras de Revillout acêrca de direito. O Orientalismo e a Religião (como ciência). Relações mútuas entre a religião, o direito, e a filosofia.

Três ordens de estudos sociais, — religião, direito, filosofia —, quero aqui mencionar, e deixo outros, que têem, actualmente, direcção novíssima, dada pelo estudo dos textos em sámscrito, e pelo orientalismo em geral. Assim estudando-se a Grécia ou Roma, devemos atender ao que é comum, em cada uma das civilizações, helena, romana, à família árica, e ao que lhe é estranho e proveio da influência, directa ou indirecta, da Mesopotámia e do Egipto.

O direito é de todas as ciências concretas a mais complexa. Todas as manifestações da actividade física, moral, intelectual do homem são objecto dos estudos jurídicos. A psicologia em geral, a psicologia criminal, a psicopatia, a antropologia, são no ponto de vista prático fundamentais. Os estudos jurídicos têem grandeza extraordinária que nenhuns outros possuem: emquanto as outras ciências investigam a verdade e dão ao homem acção para subordinar a natureza bruta às necessidades da vida humana, os estudos jurídicos investigam a verdade social e dão às sociedades o equilíbrio espiritual do homem e dessas mesmas sociedades. Dos estudos jurídicos, e só dêles por modo completo, há de vir a luz a que já me referi, esclarecedora do presente e guia do futuro. Para tal é soberano o conhecimento da psíquica social, em toda a evolução até hoje. Somos por civilização europeia greco-romanos; a nossa raça, históricamente, é greco-romana.

E assim no estudo dos elementos fundamentais do direito heleno e do romano, não podemos prescindir do estudo consignado nos livros em sámscrito. Exemplo disto são os trabalhos de Ihering e os de Leist. Numa faculdade de direito não se devem estudar tão sómente as cousas práticas, de aplicação actual; é indispensável estudar, — restrinjamo-nos a um exemplo —, o direito romano, os precedentes do direito romano. Não podemos hoje desconhecer, nessa faculdade, os trabalhos de Main, de Lyall, de Bühler, de West, de Jolly, de Knauer, de Oldenberg, de Stenzler, de Mandlik, Dahlman e outros no tocante aos usos, costumes da Índia moderna, aos códigos e aos sutras das leis antigas indianas. Quem, se não leu nenhum dêstes autores, há que, prezando-se de homem culto, não tenha lido o livro encantador de Fustel de Coulanges, *La Cité Antique*? Pois êste livro é apenas aurora risonha de primavera, e aqueles o sol culminante criador.

Leist confessa quanto deve à samscritologia, escrevendo o prefácio da sua obra *Alt-Arisches Ius Gentium* (Iena 1889). Êsse prefácio tem apenas 5 linhas e dizem assim:

«Das vorliegende Buch hätte ich, der Nichtsanskritist, nicht schreiben können ohne die sprachliche und sachliche Beihülfe eines Sanskritkundigen. Diese Beihülfe hat mir mein Freund, B. Delbrück, Jahre lang unermüdlich geleistet. Ich sage ihm dafür auch hier wieder meinen herzlichsten Dank.»

A tradução em português é:

«Êste livro não poderia eu, que não sou samscritista, havê-lo escrito sem o auxílio de um conhecedor da linguagem e das cousas da samscritologia. Tal auxílio devo-o ao meu amigo, B. Delbrück, que por longos anos teve, infatigavelmente êsse trabalho. Repito-lhe aqui os meus agradecimentos cordialissimos.»

Quanto Leist aproveitou da samscritologia se vê daquela obra e de outra mais moderna: *Alt-Arisches Ius Civile* (Iena: I, 1892, II, 1896), bem como da anterior *Graeco-italische Rechtsgeschichte* (Iena 1884).

Mas, nem o *Ius Gentium,* nem as mesmas leis das XII Tábuas, se podem estudar, sem lhes sondarmos vestígios e sedimentos profundos do direito da Assíria e do Egipto. E para isto se ver claramente basta ler as obras de Revillout, muito particularmente as publicadas desde 1884 até 1902: *Cours de Droit Égyptien*, 1er fasc. *L'état des personnes* (*in* 8.º, pag. VIII–226), *Les obligations en Droit Égyptien comparé aux autres droits de l'antiquité* (*in* 8.º, pag. LXXXIII–531), *La propriété, ses démembrements, la possession, et leurs transmissions, en droit égyptien comparé aux autres droits de l'antiquité* (*in* 8.º, pág. VI–667), *La Créance et le Droit Commercial dans l'antiquité* (*in* 8.º, pág. V-336), *Précis de Droit Égyptien comparé aux autres droits de l'antiquité* (*in* 8.º, pág. XXII–1561), *Les Rapports Historiques et Légaux des Quirites et des Égyptiens depuis la fondation de Rome jusqu'aux emprunts faits par les auteurs de la loi des XII tables au code d'Amasis* (*in* 8.º, pág. 171).

Quanto a religião: tem-se dito, — entre nós ainda há quem o diga e até sei que se receia de mim! —, que os samscritólogos querem devassar as origens da religião.

Uma cousa é a Religião considerada científicamente como ramo da psíquica social, outra cousa é tal ou tal religião.

O samscritólogo não discute dogmas de nenhuma religião em especial. Estuda em particular as religiões do Veda, e as outras da Índia brahmánica e búdica; e como a Índia se presta a revelar-nos cousas do passado árico, aproveitamos, do estudo que dela fazemos, factos

que nos indicam processos psíquicos na evolução religiosa. Estudando as religiões védicas, brahmánica e búdica, contribuímos para o estudo da Religião — o maior instrumento da civilização humana; estudamos relações entre a religião, a moral, o direito e a filosofia.

Com efeito, meus Senhores, — explicação mais ou menos limitada, quer rudimentaríssima, quer ampla, do Mundo e de todo o Cosmo e do homem e das relações do homem com os poderes que êle julga ver nos fenómenos, ou regerem os fenómenos, — a religião, na sua parte especulativa, é desde o princípio síntese de todo o saber e de toda a poesia; é, na sua parte prática ou cultual, a impulsora das artes (nobilíssimamente da plástica, poesia, e mesmo literatura em sentido mais amplo) e indústrias; e em ambas as partes, especulativa e prática ou cultual, é a religião a unificadora da família, a reguladora do procedimento entre os homens, ou familiarmente, ou socialmente.

Em certo momento histórico, adeantado, encontram-se independentes da religião as artes e as indústrias, e as ciéncias, e a moral, e o direito. Quanto a estas duas últimas manifestações mentais, há entre elas constantemente dependéncia mútua, em grau ou intensidade variável. Quanto às outras manifestações mentais, artes, indústrias, ciéncias, existe entre elas mútua dependéncia também, mas há nas ciéncias, filhas como são da parte especulativa da religião e das artes e indústrias, a influéncia progressiva e impulsora das mesmas artes e indústrias; e, acima de tudo na ordem especulativa, é da ciéncia, ao passo que ela se adeanta, que nasce outra filosofia, adversa à que fica sendo parte especulativa da religião.

A mútua dependéncia entre a moral e o direito é, em fase histórica, mais ou menos adeantada da sociedade, do domínio da religião cultual, é própriamente moral cultual e direito em que esta se traduz práticamente; mas tanto esta moral como êste direito têem a seu lado, na verdadeira sociedade política (a que aliás têem chegado só alguns povos), outra moral, outro direito, que se originaram na sociedade religiosa, pouco a pouco se robusteceram e se foram desintegrando, e criaram sociedade independente e mesmo adversa da religiosa.

Eis a luta natural que no decurso da História se nos depara entre o saber (artes, indústrias, ciéncias, filosofia) e a religião: Ao passo que da metafísica emergem as ciéncias, a religião tende a ficar meramente cultual. E isto, repito, é absolutamente da natureza das cousas, não provém de antagonismo, embora o provoque. A parte especulativa da religião, que, ao princípio, é metafísica e mitologia quando esta mefísica se simboliza, — a parte especulativa da religião, dizia eu, aproveita, como teoria inconsciente, à observação e à experiéncia, que a dúvida põe ao serviço do conhecimento positivo; mas a parte especu-

lativa da religião não incita nem encaminha essa observação, essa experiéncia. O conhecimento positivo, adquirido, funda a ciéncia própriamente dita, saber confirmado e seguro, e origina hipóteses novas, que, sujeitas igualmente à observação e à experiéncia, a que êsse conhecimento, êsse saber, incitam e encaminham, fundam ainda novas explicações distintas e de carácter progressivo, quase sempre opostas às explicações de carácter permanente da filosofia religiosa ou parte especulativa da religião; a qual tende a fixar-se em dogma. Desde tal momento separa-se da religião a ciéncia e a filosofia profana. A ciéncia e a síntese científica, assenta-as o esfôrço da dúvida; a filosofia religiosa é síntese assentada pela crença tranqùila. Quanto ao direito, — o direito que não for emanação imediata da moral cultual —, êsse carece da integração política, só aparece quando se acentua e define o Estado.

Basta esta observação para se dizer *a priori* que nesse direito há de haver influéncia de direito de estranhos.

XI

Compara-se ao valor do terreno secundário, no estudo da formação da Terra, o valor do Veda no estudo sociológico.

Na Índia, que é um microcosmos, temos campo para estudar o desenvolvimento da religião doméstica e da social, o da filosofia religiosa e o da que dela se desintegra; temos campo para estudar o desenvolvimento do direito cultual, das praxes familiares, domésticas, do direito doméstico que é cultual, e do direito político, que é, pelo menos em parte, direito cultual também.

E, se a Índia, pelo estádio em que ficou, porque não pôde ir além de um certo grau na escala da civilização, não serve em si e por si para o estudo de todo êste movimento sociológico, é todavia a Índia fanal esclarecedor do modo de ser de progredimentos alheios e factos a que é estranha.

Grande valor êste da samscritologia! Para sabermos como a sociedade existe, como está constituída a sua realidade é preciso e absolutamente indispensável ter seguido o processo natural histórico da sua constituição. Para seguir êsse processo é fanal a samscritologia, como nenhum outro; não é o único, é o maior; e por si só já nos dá conhecimento de elaboração inconsciente da realidade social, e êste conhecimento é bastante para termos a certeza de que pode e portanto deve de ser consciente a elaboração da realidade futura, — em que pese a políticos revolucionários ou conservadores.

Nós, homens que nos ocupamos de ciéncia social, não podemos prescindir do sámscrito e da samscritologia; como nenhum biólogo pretende que seja inútil o estudo dos moneres e das amebas, nem há geólogo que prescinda do conhecimento do terreno da era primária,— precámbrico, silúrio, devónio, carbonífero, pérmio.

E tanto menos é isto possível quanto é certo que no ramo, — ciéncias sociais —, se perdeu para sempre o terreno da era primária. Êste do Veda é já terreno muito à flor do terreno secundário; mas único! só a literatura védica no-lo apresenta de modo tão completo.

Chamo-lhe secundário por analogias entre factos psíquicos e outros geológicos. O terreno secundário da psíquica védica, — direi secundário para tornar evidentes as analogias a que me refiro, — compreende as formações sedimentares, ideas primordiais subjacentes a outras, as formações das hiponeas, ὑπόνοια, «subposição, suposição, conjectura, significação alegórica», —, as formações das hiponeas, das ideas sôbre que se formaram outras, das ideas que ficam depositadas nos estratos glotológicos desde a purificação da atmosfera primitiva psíquica, até o dispêrto da actividade interna em centro social, que é a fermentação mitológica, como diz Max Müller.

E permita-se-me ainda que siga neste rumo da geologia: Não digo que seja terciário o terreno em que se entra abrindo o Veda, porque, segundo os geólogos, o terreno terciário é aquele em que se diferenciam as condições físicas e as biológicas, até produzirem a variedade que caracteriza a era moderna. A era moderna religiosa, filosófica e toda a social, está muito mais distante da era que o Veda e particularmente o Rigveda e o Atarvaveda representam, nos antecedentes do mundo intelectual, do mundo psíquico.

XII

Como é preciso lutar e preciso agradecer.

E poderá haver em país culto uma Faculdade de letras, uma Universidade, dignas dêstes nomes, cujas portas se fechem a estes estudos? Não pode!

A rotina, a preguiça, o desleixo, a ignorância, a fatuidade, a enveja, criam enormes e quase invencíveis dificuldades. Mas a energia, dada a carácter rijo pela convicção científica, prossegue sempre e vence; porque ora çapa, ora semeia, e a boa semente não se perde nunca. Um homem só não pode arcar peito a peito contra essa rotina preguiçosa, contra êsse desleixo criminoso, contra essa ignorância afrontosa, contra essa fatuidade ridícula, contra essa enveja vilís-

sima! Mas sacrifica à sua idea a vida enteira, e, cónscio de que faz o que deve, principia por inculcar; produz, demonstra, depois; fortalece-se então com amizades generosas e inteligentes; trabalha constantemente e encara imperturbado quem dêle se sorri; fustiga por vezes; e mostra-se agradecido sempre a quem lhe dá alento.

O homem que, primeiro, bafejou estes estudos em Portugal, pela protecção dada a quem se lhes dedicou, foi o Duque de Ávila e de Bolama, que para êles foi o Guilherme de Humboldt português.

Quem aconselhou a que estes estudos se trouxessem à nossa Universidade e me honrou indicando que eu fôsse o *Christophorus* que os trouxesse, foi o Sr. Dr. Gonçálvez Guimarães quando Vice-Reitor dela. (Doc. n.º 1).

Quem comprehendeu o alcance da consulta eruditamente escrita pelo Sr. Dr. Gonçálvez Guimarães, foi o actual Director Geral da Instrução Pública, o Sr. Conselheiro Abel Andrade.

Ao actual Ministro do Reino, o Sr. Conselheiro Hintze Ribeiro, escudado com a aprovação para mim honrosíssima do Conselho Superior de Instrução Pública, ao qual foi presente o programa que elaborei, e com o assentimento das faculdades de Direito e de Teologia, devo eu a possibilidade de vir aqui inaugurar êste curso. (Docs. n.os 2, 3 e 4).

É galardão para mim a honra de falar perante esta Universidade. Seu filho sou e sempre a estimei. Espero que, por esta honra de que me ufano, lhe pague o tributo, que ela merece, do meu esfôrço condigno.

E só pode ser grato quem souber ascender à altura da mercê que recebe.

Desejo ser grato, e agradecido aqui me confesso.

DOCUMENTOS

DOCUMENTO N.º 1

Consulta e proposta do Dr. Gonçálvez Guimarãis, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra dirigida ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Presidente do Conselho de Ministros

Ill.mo e Ex.mo Sr.—Há pouco mais de seis annos, num folheto sôbre «O Grego em Portugal», escrevia eu, que os candidatos ao magistério universitário em sciéncias naturais deveriam ser obrigados não só ao 1.º anno do curso de grego, que então se professava nos lyceus, mas também a um curso especial de philologia clássica grega e latina, que o Govêrno podia criar junto das respectivas faculdades ou da faculdade de theologia.

Não existia nessa época o ensino official da língua grega na Universidade, mas exigia-se o exame do grego para as formaturas em theologia, medicina e philosophia, bem como para o doutoramento nas outras faculdades.

Um grupo de professores das faculdades de theologia e philosophia, em que eu tive a honra de tomar parte, offereceu ao Govêrno, por intermedio do Reitor, Dr. António Augusto da Costa Simões, dotar a Universidade com um curso livre de grego, sem remuneração alguma do Estado nem de ninguém. A idéa foi bem recebida pelo Reitor, e o curso começou effectivamente a funccionar com uma freqüéncia numerosa. O programma encontra-se publicado no Annuário da Universidade para o anno lectivo de 1890 e 1891.

Mas foi infelizmente de curta duração, porque obedecendo a pedidos dos estudantes de medicina, secundados por uma representação desta faculdade, o Govêrno dispensou de exame de grego os candidatos à formatura em medicina e philosophia, continuando todavia a exigi-lo para o doutoramento em direito e em mathemática.

Deverá exigir-se agora a habilitação em grego para o doutoramento em medicina e em philosophia? Eis um ponto que muito conviria esclarecer, e tanto mais que, tendo o exame de grego sido exigido pelos Novos Estatutos da Universidade, mantidos nesta parte por vários decretos posteriores, aínda não foi publicada nenhuma lei nem decreto que o dispensasse definitivamente. O artigo 138.º do decreto

regulamentar de 14 de agosto de 1895 dispensa o preparatório da língua grega tam sòmente *para a matrícula nos institutos de ensino superior dependentes do Ministério do Reino,* e não para a formatura ou para o doutoramento.

A faculdade de theologia tem actualmente annexos dois cursos de línguas, sendo um de grego, em conformidade com o disposto no artigo 6.º do decreto n.º 2 de 22 de dezembro de 1894, e outro de hebreu; qualquer delles em dois annos. Ora estes cursos podem com vantagem ser freqüentados também por alumnos estranhos à faculdade de theologia.

E seria ainda de incontestável vantagem para a Universidade e para a sciéncia que fossem ampliados com outros cursos clássicos, até que as circunstáncias do thesouro permitissem a criação tantas vezes desejada, e mais do que uma vez reclamada, de uma faculdade de philosophia e letras, com organização e prerogativas análogas às das cinco faculdades existentes.

Cedo ou tarde esta necessidade há de vir a ser satisfeita, embora continue a existir em Lisbôa o Curso Superior de Letras, que tal como está não satisfaz nenhuma necessidade scientífica, a despeito das diligéncias empregadas pelo seu corpo docente e das consultas que tem dirigido às instáncias superiores.

A Universidade de Coímbra tem entre os professores das differentes faculdades quem esteja habilitado a reger provisòriamente todas as disciplinas próprias de uma faculdade de philosophia e letras, havendo apenas uma especialidade para que seria difficil encontrar professor competente, que é o ensino da língua e literatura samscrítica. Para esta especialidade existe apenas um professor em Portugal, o bacharel Guilherme Augusto de Vasconcellos-Abreu, professor de literatura samscrítica védica e clássica no Curso Superior de Letras, orientalista e romanista distintíssimo, e muito apreciado e respeitado entre nós e no estranjeiro.

Êste eminente professor tem consagrado a maior parte da sua vida ao estudo da samscritologia, e tem publicado um estenso curso desta disciplina, que faz muita honra não sòmente ao seu autor, mas igualmente ao país e à sciéncia. É uma obra monumental, que se encontra quási desaproveitada, porque no Curso Superior de Letras não se professa officialmente a língua samscrítica, mas tam sòmente a literatura.

O citado professor tem levado o seu zêlo e a sua dedicação a ponto de se offerecer para preencher gratuitamente esta lacuna. Faltam-lhe porém os ouvintes, porque, triste é dizê-lo, em Portugal pouca ou nenhuma importáncia, se liga ainda aos estudos scientífi-

cos, quando estes não tẽem pelo seu lado alguma recommendação ou exigéncia official.

E contudo poucos ramos scientificos tẽem a recommendá-los tantas razõis e tam fortes como os que se relacionam com a língua e literatura samscríticas. Estes estudos tẽem attingido um grande desenvolvimento nos povos mais cultos e adeantados do mundo, e professam-se em numerosíssimas universidades e institutos da Europa, da América e da Ásia. Em toda a parte se recommendam como ensinamento indispensável a todo o verdadeiro homem de letras, considerando-se até, e de há muitos annos, como base fundamental para o estudo scientifico do grego e do latim.

Quando tivermos a infelicidade de perder o professor Vasconcellos-Abreu arriscamo-nos a não encontrar em Portugal um único professor que o substitua! Todo o seu estudo, todo o saber armazenado durante uma longa vida de trabalho, de dedicaçõis e de sacrifícios ficarám em breve reduzidos ao esquecimento, salvando-se unicamente a sua obra escrita. Essa ficará existindo como monumento da nossa indifferença pela instrucção, porque só muito tarde apparecerá alguém que della saiba aproveitar-se, o que é realmente triste e deshonroso para a actual geração portuguesa.

O adeantamento a que tẽem chegado os estudos samscritológicos não pode attribuír-se a outra causa que não seja o interesse despertado pelas investigaçõis a que esses estudos vẽem servir de preparatório, e à importáncia dos resultados alcançados por esta via. Estes estudos sam, como já disse, a base do estudo sério das bôas-letras em geral e mais particularmente da literatura e da história da antiguidade grega e latina, e de tudo o que se relaciona com a archeologia da estirpe árica a que pertencemos.

Dos estudos realizados sôbre a língua samscrítica geraram-se, entre outras, duas sciéncias interessantíssimas, — a philologia comparada, ou sciéncia histórica da linguagem, e a mythologia comparada dos povos áricos. Estas duas sciéncias representam duas das criaçõis mais notáveis, mais fecundas e mais maravilhosas do século XIX.

«A literatura samscrítica, diz Macdonell, discípulo do grande orientalista Max Müller, é culminante em religião e em philosophia. Os índios sam dos membros da família indo-europeia os únicos que criaram uma grande religião nacional, o brahmanismo, e uma grande religião universal, o buddhismo; os outros longe de mostrarem originalidade nesta esphera, adoptaram fé estranha. A vida intellectual dos índios foi com effeito sempre dominada pelo pensar religioso e em grau muito superior ao da mentalidade de qualquer outra raça. Os índios desenvolveram àlém disto vários systemas philosóphicos, que testemunham

poder especulativo muito superior. O grande interesse que estes dois assuntos têem para nós consiste não só nos resultados obtidos, mas, e ainda mais, no facto de que todos os momentos de evolução da religião e da philosophia estám consignados na literatura samscrítica».

E na verdade quem quiser estudar religião e philosophia, precisa de estudar sámscrito e literatura samscrítica. Só e exclusivamente nesta literatura há textos, os Vedas, que nos dêem conhecimento de sociedade em estado de evolução inferior ao da Grécia no tempo dos herois de Homero; só os Vedas trazem para o estudo da psychologia sociológica ou comparada factos que sejam demonstrativos e reveladores de estados de consciência, se não absolutamente primitivos, ao menos em épocas de que nenhuma outra literatura e nenhuma observação directa ou indirecta, nos dam conhecimento.

Mais ainda, não é só a literatura védica (e muito particularmente o Rigveda e o Atharvaveda), é a própria língua, o sámscrito, no seu período archaico, que vem offerecer à psychologia sociológica documentos de valor como nenhuns outros.

E dêste modo o sámscrito, bem como a literatura samscrítica, não sòmente têem importância como língua e literatura em si, mas têem-na ainda porque deram origem a dois novos ramos do saber humano, que sam a philosophia comparada e a mythologia comparada; e auxiliam além disto com preciosos factos, que interpretam, a psychologia sociológica, outro ramo interessantíssimo do saber moderno.

A literatura samscrítica é a mais rica do mundo, e a que abrange não sòmente maior número de séculos, mas a maior variedade de assuntos, tanto religiosos como seculares. Encerra obras notáveis, e. g. na poesia lýrica e especialmente na poesia épica, na didáctica, no drama, no conto, em fábulas, apólogos, etc. Os índios tiveram como os gregos a sua Ilíada e a sua Odysseia, o *Mahà-Bhárata* e o *Ramáyana,* que têem servido para inspirar muitos outros mais modernos. Em alguns ramos da literatura scientífica, na grammática, sôbretudo na phonética, na astronomia, na medicina, no direito, realizaram resultados notáveis, alguns dos quais afirma o Dr. Arthur A. Macdonell, excederam muito os que nos deixaram os gregos.

Mas quando esta literatura não seja um modêlo a seguir para futuros escritores, a obra colossal que os índios nos legaram (maior do que toda a grêga e latina reünidas) pode ainda servir para inspirá-los.

As tradições, contos, fábulas e apólogos indianos têem com effeito inspirado a alguns dos melhores literatos do mundo: Shakespeare, Straparola, Boccacio, D. Affonso «o Sábio», D. João Manoel, Gil Vicente, La Fontaine, por exemplo. Deve-lhes muito toda a idade-média em

obras profanas e religiosas. O grande Goethe inspirou-se no drama *Xacuntalá* de Calidasa, para escrever o prólogo do Fausto. Philósophos como os gnósticos beberam nas fontes indianas, samscríticas, a doutrina que ensinaram; Schopenhauer e Von Hartmann devem aos tratados de philosophia samscrítica intitulados *Upanixadas* o edifício metaphýsico dos seus systemas.

No século VIII os árabes aprenderam com os índios a arithmética, a álgebra, e a geometria; da Índia nos trouxeram o systema de numeração decimal e os próprios sinais dos algarismos.

Os califas de Bagdad utilizaram muito do saber indiano. Os chinêses têem contos, fábulas e apólogos búddhicos e doutrina religiosa búddhica. Recentemente tem-se reconhecido na obra de Hippócrates semelhanças com o ensinamento de Cháraca, medico do Rei Canixca, e de cuja obra se utilizou o médico árabe Rhazes fallecido no anno de 932; e o mesmo influxo se reconhece em Avicena e em Serapião. A operação da rhinoplastia ou formação artificial do nariz veiu da Índia para a Europa trazida por médicos inglêses no século passado.

E haverá literato que desconheça as obras de Sir Edwin Arnold, principalmente o poema deslumbrante *Light of Asia?* Haverá quem desconheça a importáncia que está tomando o buddhismo na Europa?

É portanto indiscutível o interesse, que, nas produçõis literárias e em mais do que um ramo das investigaçõis scientíficas, tem o sámscrito e a literatura samscrítica. Nenhuma outra literatura tem concorrido tanto para o saber humano; e, como já o disse Bacon, a sciéncia e a fôrça humanas sam uma coisa só. Indispensável e urgentíssimo se torna pois, para fôrça da nação portuguesa, fomentaram-se entre nós estudos de tam reconhecida grandeza. Será por certo esta uma medida de incalculável alcance, um passo importante para a futura criação de uma faculdade de letras, e assinalará uma época notável na história da nossa Universidade.

Em virtude das razõis que deixo expostas, e de outras razõis, tanto gerais como particulares, que certamente já têem occorrido ao espírito esclarecido e illustradíssimo de V. Ex.ª, creio que interpreto o sentir das pessoas que sabem e querem interessar-se pela cultura da sciéncia e das bôas-letras, bem como pelo engrandecimento do nosso primeiro estabelecimento de instrucção, propondo a V. Ex.ª que o Professor Guilherme Augusto de Vasconcellos-Abreu seja convidado para reger na Universidade de Coímbra um curso trienal ou quadrienal de samscritologia, sem prejuízo do serviço a que é obrigado no Curso Superior de Letras, e em conformidade com o programma que V. Ex.ª julgar mais conveniente, depois de ouvido êsse professor.

Não ignoro que aínda haverá pessoas mais ou menos illustradas

a quem esta idea poderá parecer demasiadamente arrojada, por se afastar das práticas até hoje seguidas neste nosso acanhado meio scientifico. Mas as hesitaçõis dêsses tímidos não terám para V. Ex.ª valor algum, porque V. Ex.ª sabe e sente bem, quanto precisamos de empenhar de energia e fôrça de vontade, para nos arrancarmos dêste desgraçado torpor em que jazemos, e sabe também que nas melhores universidades estranjeiras estes cursos sam freqüentes e sempre muito apreciados.

É conveniente que nós, que tanta facilidade temos em imitar aqui o que se pratica no estranjeiro, às vezes infelizmente sem o devido discernimento, saibamos imitar o estranjeiro naquillo em que elle realmente se nos avantaja, e que nos vamos habituando a prestar às pessoas e às coisas da sciéncía o respeito e o culto que lá fora se lhes prestam por toda a parte.

Deus guarde a V. Ex.ª Paço das Escolas da Universidade de Coímbra, em 31 de outubro de 1900.—Illmo e Exmo Sr. Conselheiro Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, Presidente do Conselho de Ministros, etc.=O Vice-Reitor, *Dr. António José Gonçálvez Guimarâis.*

DOCUMENTO N.º 2

Por ordem superior se publica o seguinte «Programa do Curso Integral de Antiguidades Áricas», de cuja regencia na Universidade de Coimbra foi autorizado, ouvidos previamente os Conselhos das Faculdades de Theologia e de Direito e o Conselho Superior de Instrucção Publica, o Bacharel em mathemática Guilherme de Vasconcellos-Abreu, lente do Curso Superior de Letras.

Outrosim se declara que o curso é livre e sem dependencia de matricula, e será neste anno de trinta lições, duas por semana (aos sabados e segundas feiras) das duas e meia ás quatro horas da tarde, e que essas lições serão as da sub-secção *a*) da parte I.

A primeira lição terá logar no dia 28 do corrente mês.

Direcção Geral da Instrucção Publica, em 20 de fevereiro de 1903. = O Conselheiro Director Geral, *Abel Andrade*.

Curso Integral de Antiguidades Áricas

Programa

Línguas, praxe e religião áricas: direito civil antigo árico e sub-divisão em cursos parciais

(apresentado por G. de Vasconcellos-Abreu)

Árias são os povos e nações cujos ramos principais, na antiguidade histórica do Mundo-Antigo, se fixaram no Hindustão, no Eran, na Ásia-Menor, na Península-Helénica, na Península-Itálica, na Europa-Central, e nas Gálias; e em tempos proto-históricos da sua própria evolução andavam ainda errantes pela Europa e Ásia, desde o Mar-Báltico e do Baixo-Reno até os contrafortes ocidentais dos Montes-Celestes, no Fergana, e os rios Cábul e Indo-Médio.

Esta gente árica falou *línguas afins* e teve *civilizações inter-dependentes,* por tal forma estreitas, que, umas e outras, são mútuas esclarecedoras da vida psíquica e da material, *base da evolução posterior independente* nos lugares geográficos onde mais tarde se fixou essa mesma gente, como Gregos, Romanos, Celtas, Germanos (os principais na Europa), Eránios, Híndus (os principais na Ásia).

Pretende-se neste Curso Integral de Antiguidades Áricas *estudar*,— segundo o método histórico comparativo e pelos documentos que estes povos nos deixaram em línguas orientais, tanto pelo que os textos nos referem claramente, como pelo que inferimos e deduzimos da linguagem, — *a evolução independente* dos ramos domiciliados a Oriente *e a vida commum* antes da definitiva separação étnica.

Os textos mais antigos são, de entre todos os da família ou raça histórica dos Árias, os textos em sámscrito, a língua mais transparente e elucidativa; logo depois são preciosos os textos avésticos, notabilíssimos pela afinidade com os samscríticos; e, finalmente, são imprescindíveis os textos em páli, complemento da evolução glotológica samscrítica e da evolução hierológica na Índia, pelo budismo.

Dividimos, portanto, o Curso Integral de Antiguidades Áricas em quatro cursos parciais, e o primeiro em três sub-cursos α, β, γ, e damos a α tres secções *a, b, c, de seguimento pedagógico inalterável,* em anos sucessivos de *a*) a *c*), *durante um ano em cada uma das secções, pelo menos.*

PARTE I

Glotologia e literatura árica oriental

A – línguas e literaturas samscríticas.	línguas e literaturas em sámscrito.	elementos de sámscrito e literatura samscrítica;	*a*)	α];
		sámscrito clássico e literatura clássica;	*b*)	
		védico e literatura védica;	*c*)	
	línguas e literatura pracríticas.	prácritos, páli e literatura búdica;		β];
B – língua e literatura avésticas		avéstico (ou zende) e literatura avéstica.		γ].

PARTE II

Etnologia árica

O que sejam Árias. História da teoria árica. Documentos do estudo. Usos, costumes, crenças; instrumentos de indústria, amanho, etc., e auxiliares do trabalho e vida. Minerais. Fauna; flora. Evolução familial e social.

PARTE III

Religião árica oriental na antiguidade

A religião da Luz e do Lume:

a) Vedismo; brahmanismo;

b) Mazdaísmo, Mitrismo;

c) Budismo;

PARTE IV

Direito civil antigo árico

Introdução geral relativa a toda a família árica e relação da família ou raça histórica árica com as outras famílias ou raças históricas da Ásia e África.

Indivíduo; família. Estranhos; escravos. Agnatus, cognatus. Lar; pátria. Deuses e adoradores. Base do direito. Evolução do direito. Poder; acção. Propriedade; sucessão; transmissão. A cidade; o Estado. O *jus gentium*.

Cristianismo e nações modernas.

*
* *

Tal como fica traçado, êste programa integral é o panorama de todo o território e domínio do estudo da antiguidade árica, proto- e mesmo pre-histórica, feito à luz dos documentos históricos e segundo o método comparativo.

Ficam encubertos pelas partes mais elevadas muitos vales, muitas planícies e tratos de terreno consideráveis.

Como *plano de estudos é vasto; mostra porém tão sómente* a grandeza da área e as circunscrições a que nos podemos limitar.

Tem ámbitos de feição geral, outros de feição restrita, outros de feição particular fundamental, e esta deve de ser conhecida como base, ou tem de se supor conhecida no estudo de algumas partes (II, III, IV).

As secções *a*), *b*), *c*), que compõem α de A devem de estudar-se de modo seguido, como instrumento preparatório. Constituem sub-curso base de todo o estudo. Por êste caminho pode o industrioso abalançar-se por veredas que virá a descubrir levando consigo já luz esclarecedora.

É o intuito imediato do autor dêste programa realizar o ensinamento do sub-curso α de A.

O futuro determinará quanto ao proceder que haja a seguir-se depois.

Lisboa, 20 de fevereiro de 1903.=O Conselheiro Director Geral, *Abel Andrade*.

DOCUMENTO N.º 3

Copia. — Livro 21.º — N.º 5 — Senhora. — O Conselho Superior de Instrucção Publica examinou come lhe cumpria, o programma do Curso que o Professor do Curso Superior de Lettras, Vasconcellos-Abreu, se propõe abrir na Universidade de Coimbra, programma que Vossa Majestade foi servida mandar submetter á sua consideração. Compraz-se o Conselho em reconhecer que n'esse documento nada se lhe offerece que desmereça approvar e em esperar que tão espontanea tentativa contribuirá para mais radicar e divulgar com proveito publico o amor dos estudos e investigações historicas.

A competencia affirmada pelo professor de que se trata no curso da lingua e litteratura sanscritica que ha muitos annos distintamente rege, abona e justifica as esperanças que o Conselho exprime d'esta fórma. — Sala das sessões, 20 de novembro de 1902. = *Jayme Constantino de Freitas Moniz* = *Antonio Maria de Amorim* = *Ignacio Francisco Silveira da Mota* = *José Maria Rodrigues* = *Arthur Pinto de Miranda Montenegro* = *Antonio Candido Ribeiro da Costa* = *José de Sousa Monteiro* = *José Curry da Camara Cabral* = *Achilles Alfredo da Silveira Machado* = *Manuel da Terra Pereira Vianna.*

DOCUMENTO N.º 4

Copia.—Ministerio do Reino — Direcção Geral de Instrucção Publica — 4.ª Repartição — L.º 31. N.º 5.—Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o processo para abertura, no edificio da Universidade de Coimbra, de um curso livre de antiguidades aricas, que o professor do Curso Superior de Lettras, de Lisboa, Guilherme de Vasconcellos-Abreu, se propõe reger, gratuitamente, em annos successivos; o mesmo Augusto Senhor, conformando-se com as informações favoraveis emittidas acerca do programma do mesmo curso pelas Faculdades de Theologia e Direito da mesma Universidade e pelo Conselho Superior de Instrucção Publica, ha por bem conceder a auctorisação necessaria para a abertura do referido curso, nas condições constantes do respectivo programma.—Paço, em 23 de dezembro de 1902.=*Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*

EMENDAS

Na pág. 7, a partir de «era rito», na 3.ª linha contando de baixo, leia-se : *concernens, concernente* ao rito, às *cerimónias,* tudo emfim quanto, para *crescer* em prosperidade, devia de ser puro.

Na pág. 13, linha 15 : longinquo.

Na pág. 14, na linha 21, leia-se : dharma-śāstrāṇi (darma-xastras ou *Instituta*), os quais...

Na pág. 15, linha 2 de baixo : Dario.

Na pág. 16, linha 16 : cordéis.

Na pág. 16, linha 24 : Hárune.

Na pág. 16, linha 37 : Mofamede.

Na pág. 16, linha 38 : Équebar.

Na pág. 17, linha 25 : Góies.

Na pág. 17, linha 29 : atar gentios às...

Na pág. 18, linha 7 : Cœrdoux.

Na pág. 21, linha 4 : zende.

Na pág. 22, linha 6, de baixo : título.

Na pág. 23, linha 19 : Bijanáguer.

Na pág. 39, linha 5-6 de baixo : mútuamente esclarecedoras.

Na pág. 40, linha 3 : linguas áricas orientais.

Elida-se *h* no interior de palavra portuguesa ou aportuguesada, assim : em brahmánicos, pág. 13, 16 ; bráhmanes, pág. 15 ; comprehendeu, pág. 29.

Leia-se avestaico onde se escreveu avéstico, assim, pág. 40.

ALGUNS TRABALHOS DO MESMO AUTOR

Publicação oficial. Imprensa Nacional. Lisboa

Curso de Literatura e Língua Samscrítica clássica e védica

Volume I — **Manual para o estudo do sámscrito clássico:**
Tômo I — Gramática. 1881. 8.º gr., p. XXIII–186. . . . . 1$500
Tômo II — Crestomatia. 8.º gr., p. XII–222 . . . . . 3$000
Volume II — **Exercícios e Primeiras leituras de sámscrito:**
Tômo I — Gramática e Antologia. 1889. 8.º gr., p. 173. . . . . 2$500
Tômo II — Vocabulário (2 col.), notas e traduções. 1898, 8.º gr., p. XXV–298 4$000
Volume III — **Crestomatia védica e Vocabulário.**
Volume IV — **Os Árias na India até a quella do Budismo.** Historia da sua Literatura e Civilização.

Curso de Literatura e Língua Páli

O Damapada (Dhammapadâ): Texto, tradução, vocabulário e análise gramatical, com um bosquejo acêrca do Budismo e da literatura búdica. (Vai entrar brevemente no prelo).

Publicações da casa de António Maria Pereira. Lisboa, rua Augusta, 50-54

Chand-Bibi. A Sultana Branca de Amenagara. Conto fantasiado da tradição indiana do século XVI. 1898. Ed. de luxo, p. 93. (Restam poucos exemplares) $500

Tuberculose e Contágio da tuberculose. Escrito de propaganda. 2.ª ed. 1901, *in* 16.º, p. 62 $200

Os Contos, Apólogos e Fábulas da Índia: influência indirecta em Gil Vicente. 1902. Ed. do centenário de Gil Vicente. Papel de linho, *in* 16.º, p. 96, com um Esquema sinóptico da difusão da novelística búdica pelo Mundo. $400

Publicação da Sociedade de Geografia. Lisboa

Passos dos Lusíadas estudados á luz da mitologia e do orientalismo. 1892. Gr. *in* 8.º, p. VII–87, com duas gravuras $700

Publicação da Academia Real das Ciências. Lisboa

Texto crítico da Lenda dos Santos Barlaão e Josafate. 1898. Gr. *in* 4.º, p. 49, com 2 estampas (2 prim. e 2 ult. pag. do texto no códice 265 do Mosteiro de Alcobaça, na Tôrre do Tombo em Lisboa) $500

Publicação de A. Ferreira Machado & C.ª Lisboa

Noções elementares de Geographia Geral: I. Introducção e Geographia Mathemática. Com um Atlas de 67 figuras. 1838. 8.º, p. XII-142 . . . . . $700